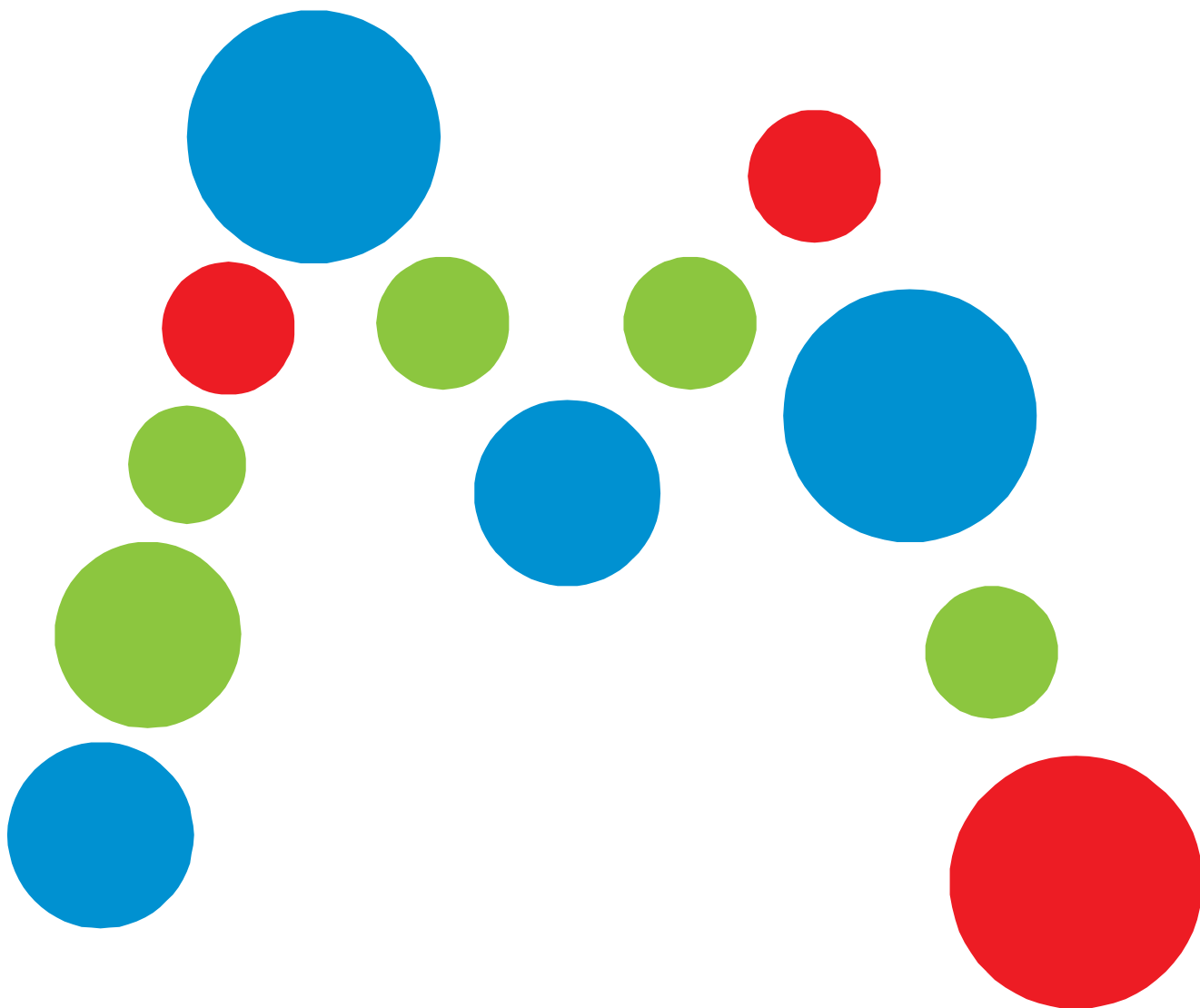


# Mercados

informação global



## Brasil Ficha de Mercado

Junho 2009



aicep Portugal Global

## Índice

1. País em Ficha	3
2. Economia	4
2.1. Situação Económica e Perspectivas	4
2.2. Comércio Internacional	6
2.3. Investimento	9
2.4. Turismo	10
3. Relações Económicas com Portugal	11
3.1. Comércio	11
3.2. Serviços	15
3.3. Investimento	15
3.4. Turismo	17
4. Relações Internacionais e Regionais	18
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	20
5.1. Regime Geral de Importação	20
5.2. Regime de Investimento Estrangeiro	22
5.3. Quadro Legal	23
6. Informações Úteis	25
7. Endereços Diversos	28
8. Fontes de Informação	36
8.1. Informação Online <b>aicep</b> Portugal Global	36
8.2. Endereços de Internet	38

## 1. País em Ficha

Área:	8.514.876 km <sup>2</sup> (5.º país em extensão territorial)
População:	191,9 milhões (2008)
Densidade populacional:	21,6 habitantes por km <sup>2</sup>
Designação oficial:	República Federativa do Brasil
Chefe do Estado:	Luíz Inácio Lula da Silva (2007 a 2010)
Vice-Presidente:	José Alencar
Data da actual constituição:	Outubro de 1988. Algumas alterações foram introduzidas posteriormente
Principais partidos políticos: (acima de 200.000 filiados)	<u>Governo</u> : Partido dos Trabalhadores (PT) <u>Oposição</u> : Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB); Partido Progressista (PP); Democratas (DEM); Partido Social Cristão (PSC); Partido Verde (PV)
Capital:	Brasília – 2,5 milhões de habitantes (IBGE - 2007)
Outras cidades importantes:	São Paulo (11,0 milhões), Rio de Janeiro (6,1 milhões), Salvador (2,9 milhões), Belo Horizonte (2,4 milhões), Fortaleza (2,4 milhões), Curitiba (1,8 milhão), Manaus (1,7 milhão), Recife (1,5 milhão), Porto Alegre (1,4 milhão)
Religião:	É garantida pela Constituição a livre prática de todas as religiões
Língua:	Português
Unidade monetária:	Real do Brasil (BRL) 1 EUR = 2,8232 BRL (Banco de Portugal - Maio 2009)
Risco País	Risco geral – BB (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco político - BBB
Ranking em negócios:	Índice 6,49 (10 = máximo) Ranking geral - 39 (entre 82 países) (EIU – Junho 2009)
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Abril 2009 - <a href="http://cgf.cosec.pt">http://cgf.cosec.pt</a> )
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp. + Imp. / PIB = 23,60% (2008) Imp. / PIB = 10,98% (2008) Imp. / Imp. Mundial = 0,89% (2007)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU)  
World Trade Organization (WTO)  
Banco Central do Brasil  
Banco de Portugal  
COSEC

## 2. Economia

### 2.1. Situação Económica e Perspectivas

O Brasil assume uma importância cada vez maior, não só no contexto da América Latina, mas também a nível global, ocupando actualmente a 10ª posição no *ranking* das maiores economias mundiais. É de assinalar que, fruto do progresso alcançado com as reformas económicas, das condições extremamente favoráveis a nível internacional e do desenvolvimento de políticas sociais, a economia brasileira registou elevadas taxas de crescimento nos anos mais recentes e bastante superiores às verificadas durante as últimas três décadas. Entre 1990 e 2003 o crescimento foi errático e inferior a 2,7% (valores médios anuais), enquanto que nos últimos cinco anos a economia registou um crescimento médio anual de 4,7%.

A política económica recente pode ser dividida em duas fases, que correspondem, “grosso modo”, aos dois governos do Presidente Lula da Silva. A primeira, durante o primeiro mandato (2002-2006), teve como objectivo prioritário alcançar a estabilidade macroeconómica mediante a correcção de alguns desequilíbrios, como a inflação, através de uma política monetária e fiscal restritiva. Alcançada a estabilidade macroeconómica, o governo actual pretende acelerar o crescimento económico através de um ambicioso programa de investimentos públicos (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), que contempla sobretudo as infraestruturas, o meio ambiente e a energia. Simultaneamente, o Governo e o Banco Central continuam a exercer um controlo apertado sobre as principais variáveis macro económicas e financeiras, o que explica que as taxas de juro reais sejam das mais elevadas a nível mundial e que a carga tributária sobre as empresas e o cidadão (cerca de 36% do PIB em 2008) também se situe entre as mais altas do mundo.

Em 2007 o produto interno bruto (PIB) aumentou 5,7%, o que representou o maior crescimento verificado desde 1994, embora inferior ao dos outros BRIC – a Rússia, a Índia e a China registaram aumentos do PIB da ordem de 8,1%, 8,4% e 11,4%, respectivamente – e ao de outros países da região, como a Venezuela (8,4%) e a Argentina (8,7%).

De Janeiro a Setembro de 2008, impulsionado fundamentalmente pelo consumo, o PIB crescia a um ritmo de 6,4% mas os efeitos da crise internacional provocaram um forte abrandamento da economia no último trimestre (devido sobretudo à forte queda da indústria), o que resultou num crescimento económico anual de 5,1%. Em consequência da diminuição do consumo e do investimento, as projecções da *Economist Intelligence Unit* (EIU) apontam para uma contracção da economia em 2009 da ordem de 1,5%, prevendo-se uma recuperação em 2010 (2,7%).

Com a contracção do crédito, a queda da confiança dos agentes económicos e o aumento do desemprego, torna-se inevitável uma forte desaceleração da procura interna que constituiu, nos últimos anos, o motor de crescimento da economia brasileira. O arrefecimento da procura interna e a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional deverão contribuir para uma diminuição da inflação em 2009, que deverá situar-se em 4,7%, prevendo-se que a tendência de descida continue nos próximos anos.

Em termos de contas externas é de assinalar o bom desempenho verificado ao longo dos últimos anos, deixando de ser um dos pontos fracos da economia brasileira (com défices da conta corrente endémicos) para passar a desempenhar um papel importante na recuperação económica do país. Este período parece ter chegado ao fim em 2008, ano em que a conta corrente voltou a registar um saldo negativo (-28,2 mil milhões de USD), equivalente a 1,8% do PIB. Este resultado é o pior desde 1998 e encerra um período de cinco anos de *superavits*. Grande parte do agravamento da conta corrente deve-se à diminuição do excedente da balança comercial, em consequência do forte aumento das importações, que se situou em 42% relativamente a 2007, muito superior ao das exportações, que não foi além de 23%. Para 2009 prevê-se uma redução do défice da balança corrente (-17,4 mil milhões de USD), que deverá representar 1,3% do PIB.

Ao longo dos dois últimos anos tem-se verificado uma melhoria das contas públicas (-1,7% do PIB em 2008), fruto da combinação de um elevado *superavit* primário, equivalente a 4,1% em 2008, e de uma diminuição da dívida pública. No entanto, em 2009, a combinação de medidas contracíclicas e a redução das receitas fiscais deverá conduzir a um declínio no *superavit* primário (2,5% do PIB), voltando a aumentar no ano seguinte (3,2% do PIB).

#### Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>c</sup>	2010 <sup>c</sup>	2011 <sup>c</sup>
População	Milhões	186,8	189,3	191,9	194,4	196,8	199,3
PIB a preços de mercado	10 <sup>9</sup> BRL	2.369,8	2.597,6	2.889,7	2.983,8	3.191,6	3.402,3
PIB a preços de mercado	10 <sup>9</sup> USD	1.089,0	1.333,6	1.575,2	1.379,2	1.478,7	1.604,6
PIB per capita	USD	5.830	7.040	8.210	7.100	7.510	8.050
Crescimento real do PIB	%	3,9	5,7	5,1	-1,5	2,7	4,0
Consumo privado	Var. %	5,2	6,3	5,4	-0,4	1,9	4,3
Consumo público	Var. %	2,6	4,7	5,6	4,0	4,2	2,5
Formação bruta de capital fixo	Var. %	9,8	13,5	13,7	-11,2	2,9	8,0
Taxa de desemprego	%	10,0	9,3	7,9	9,3	8,6	8,0
Taxa de inflação	%	4,2	3,6	5,7	4,7	3,6	3,5
Dívida pública	% do PIB	26,1	26,1	26,0 <sup>b</sup>	24,0	25,3	25,7
Saldo do sector público	% do PIB	-3,1	-2,3	-1,7 <sup>b</sup>	-1,8	-2,1	-2,4
Balança corrente	10 <sup>9</sup> USD	13,6	1,6	-28,2	-17,4	-23,3	-28,3
Balança corrente	% do PIB	1,3	0,1	-1,8	-1,3	-1,6	-1,8
Taxa de câmbio – média	1USD=xBRL	2,18	1,95	1,83	2,16	2,16	2,12
Taxa de câmbio – média	1EUR=xBRL	2,73	2,67	2,70	2,87	2,99	3,00

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores reais;

(b) Estimativas;

(c) Previsões;

BRL – Real do Brasil

## 2.2. Comércio Internacional

O Brasil assume um lugar de alguma relevância no comércio mundial, ocupando, em 2007, a 24ª posição do *ranking* de exportadores, com uma quota de 1,15% e a 28ª enquanto importador, com uma quota de 0,89%.

A balança comercial passou a apresentar saldos positivos a partir de 2001, sendo que entre 2004 e 2008, as exportações do país registaram uma evolução média anual da ordem de 19,7%, enquanto as importações tiveram um crescimento de 29,2%.

No último ano as exportações atingiram 197,9 mil milhões de USD (+23,2% face ao ano anterior), mas segundo as projecções da *Economist Intelligence Unit* é expectável que em 2009 se verifique um decréscimo da ordem dos 25%, em consequência de uma queda da procura nos mercados externos e da descida dos preços de algumas *commodities* com um peso relevante na economia brasileira.

No que se refere às importações, que ascenderam a cerca de 173,1 mil milhões de USD em 2008, as previsões apontam para um decréscimo acentuado em 2009 (-24% face ao ano anterior), em linha com o período de contracção económica que o país atravessa, embora a procura de bens de investimento continue robusta. Tanto as importações como as exportações deverão registar uma modesta recuperação em 2010, na sequência das expectativas de crescimento da economia brasileira e mundial.

### Evolução da Balança Comercial

(10 <sup>9</sup> USD)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportação fob	96,5	118,3	137,8	160,6	197,9
Importação fob	62,8	73,6	91,4	120,6	173,1
Saldo	33,6	44,7	46,5	40,0	24,8
Coeficiente de cobertura (%)	153,7	160,7	150,8	133,2	114,3
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	24 <sup>a</sup>	23 <sup>a</sup>	23 <sup>a</sup>	24 <sup>a</sup>	n.d.
Como importador	30 <sup>a</sup>	28 <sup>a</sup>	28 <sup>a</sup>	28 <sup>a</sup>	n.d.

Fontes: EIU; World Trade Organization (WTO)

Nota: n.d. – não disponível

Nos últimos anos o Brasil desenvolveu uma política activa de diversificação dos parceiros comerciais – a chamada “nova geografia comercial” – com o objectivo de reduzir o peso dos países desenvolvidos no seu comércio externo. Assim, países como a China ou Venezuela e regiões como a América Latina, Médio Oriente e Ásia têm vindo a ganhar importância enquanto parceiros comerciais. Os dados de 2008 mostram esta tendência, com as exportações para os países asiáticos a crescerem 47,5%, enquanto o aumento para os países do Mercosul, Médio Oriente e Europa Oriental foi de 23,8%, 24,4% e 28%, respectivamente.

No que se refere aos principais clientes do Brasil, destacam-se os EUA, a Argentina e a China, países que, ao longo dos últimos anos, mantêm os primeiros lugares no *ranking* de clientes. No entanto, enquanto os EUA continuam a perder peso relativo, a China tem vindo a ganhar maior importância enquanto cliente. Desde 2000, o comércio entre o Brasil e a China decuplicou, principalmente em áreas como os produtos agrícola e matérias primas.

Por blocos ou áreas geográficas, a União Europeia continua a ser o principal cliente do Brasil, com 23,4% do total das exportações, seguido pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com 21,8% (o Mercosul representa cerca de 11%) e pela Ásia, com 18,9%.

Portugal tem uma posição muito reduzida no *ranking* de clientes (28<sup>a</sup> em 2008), verificando-se mesmo uma diminuição do peso relativo no último ano, que não foi além de 0,86%.

### Principais Clientes

Mercado	2006		2007		2008	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Portugal	1,06	23 <sup>a</sup>	1,12	21 <sup>a</sup>	0,86	28 <sup>a</sup>
EUA	17,77	1 <sup>a</sup>	15,60	1 <sup>a</sup>	13,85	1 <sup>a</sup>
Argentina	8,52	2 <sup>a</sup>	8,97	2 <sup>a</sup>	8,89	2 <sup>a</sup>
China	6,11	3 <sup>a</sup>	6,69	3 <sup>a</sup>	8,29	3 <sup>a</sup>
Holanda	4,18	4 <sup>a</sup>	5,50	4 <sup>a</sup>	5,30	4 <sup>a</sup>
Alemanha	4,13	5 <sup>a</sup>	4,49	5 <sup>a</sup>	4,47	5 <sup>a</sup>

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

Relativamente aos países fornecedores, destacam-se os EUA que continuam a ocupar a primeira posição do *ranking*, representando 14,8% do total importado pelo Brasil em 2008, seguidos da China (11,6%), que tem vindo a ganhar quota de mercado ao longo dos últimos anos, ao contrário do que acontece com os EUA. Outros fornecedores importantes são a Argentina (7,7%), Alemanha (6,9%), Japão (3,9%) e Nigéria (3,9%).

A União Europeia (UE27), no seu conjunto, representou 20,9% das importações brasileiras em 2008 (22,2% em 2007). Portugal ocupou o 46<sup>o</sup> lugar do *ranking* de fornecedores, com uma quota de mercado de 0,36%. No contexto da UE, Portugal posicionou-se em 11<sup>o</sup> lugar.

Podemos concluir que o grande parceiro comercial do Brasil são os EUA e que a China tem vindo a desenvolver um trajecto de sucesso no seu relacionamento comercial com este país. Em 2004 a China foi o 4<sup>o</sup> cliente do Brasil e o seu 4<sup>o</sup> fornecedor, evoluindo para o 3<sup>o</sup> cliente a partir de 2005 e para o 2<sup>o</sup> fornecedor nos últimos dois anos.

### Principais Fornecedores

Mercado	2006		2007		2008	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
<b>Portugal</b>	<b>0,34</b>	<b>43<sup>a</sup></b>	<b>0,28</b>	<b>47<sup>a</sup></b>	<b>0,36</b>	<b>46<sup>a</sup></b>
EUA	16,07	1 <sup>a</sup>	15,52	1 <sup>a</sup>	14,80	1 <sup>a</sup>
China	8,74	3 <sup>a</sup>	10,46	2 <sup>a</sup>	11,57	2 <sup>a</sup>
Argentina	8,82	2 <sup>a</sup>	8,63	3 <sup>a</sup>	7,66	3 <sup>a</sup>
Alemanha	7,12	4 <sup>a</sup>	7,19	4 <sup>a</sup>	6,94	4 <sup>a</sup>
Japão	4,20	6 <sup>a</sup>	3,82	6 <sup>a</sup>	3,93	5 <sup>a</sup>

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

Não obstante as *commodities* terem uma posição preponderante no comércio externo brasileiro, os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil - minérios, combustíveis, veículos automóveis, ferro e aço, máquinas e aparelhos mecânicos - reflectem uma variada gama de produtos, que vai desde as matérias-primas a bens manufacturados.

O grande desenvolvimento que o país atravessa na área dos combustíveis, permite que este sector, em 2008, já se tenha aproximado da fasquia dos 10% do total das exportações brasileiras (em 2004 representava apenas 4,6%). A descoberta de importantes reservas petrolíferas, poderão converter o Brasil, a médio prazo, num dos principais exportadores de petróleo do mundo.

### Principais Produtos Transaccionados – 2008

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
26 – Minérios, escórias e cinzas	9,46	27 - Combustíveis/óleos minerais e derivados	19,80
27 - Combustíveis/óleos minerais e derivados	9,44	84 - Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e partes	14,81
87 - Veículos automóveis, tractores, suas partes e acessórios	7,41	85 - Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e partes	11,53
72 – Ferro fundido, ferro e aço	6,49	87 - Veículos automóveis, tractores, suas partes e acessórios	7,43
84 - Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e partes	6,34	31 – Adubos e fertilizantes	5,37

Fonte: World Trade Atlas (WTA)

A abertura do mercado ao exterior e o processo de desenvolvimento em curso justificam a estrutura importadora do Brasil: as máquinas e aparelhos (mecânicos e eléctricos) totalizaram mais de 26% das importações em 2008. Actualmente, a pauta das importações revela uma grande maturidade, sendo que os bens de consumo não duradouros cresceram menos que outras categorias, como os bens duradouros, bens de capital e bens intermédios, o que revela que, mesmo em tempos de crise, não são descurados os investimentos no parque industrial brasileiro.



## 2.3. Investimento

O investimento directo estrangeiro (IDE) tem desempenhado um papel determinante no desenvolvimento económico recente do Brasil, que se converteu num importante destino de IDE a nível mundial (14<sup>o</sup> em 2007). A maior atractividade do país na captação de capitais decorre, em grande medida, da situação criada no âmbito do Plano de Estabilização (Plano Real), do Programa Nacional de Privatizações, da implementação de reformas económicas e da maior flexibilidade da legislação relativa ao investimento estrangeiro.

Entre 2000 e 2005 o país atraiu mais de 100.000 milhões de USD de investimento directo estrangeiro, ainda que em 2002 e 2003 se tenha registado uma diminuição significativa dos valores de IDE, em virtude da incerteza gerada pela transição presidencial e por uma forte retracção do investimento na América do Sul.

De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, verifica-se uma tendência de crescimento dos valores de IDE em 2006 e 2007 (1,9% do total mundial) e, segundo o Banco do Brasil, ter-se-á registado um aumento de 30% em 2008, cifrando-se em 45,1 mil milhões de USD<sup>1</sup>. Segundo as previsões dos analistas de mercado, os fluxos de IDE deverão cair para metade no corrente ano, como consequência da crise mundial e do período de retracção económica que o país atravessa.

### Investimento Directo

(10 <sup>6</sup> USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro no Brasil	10.144	18.146	15.066	18.822	34.585
Investimento do Brasil no estrangeiro	249	9.807	2.517	28.202	7.067
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como receptor	15 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>
Como emissor	52 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	37 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	33 <sup>a</sup>

Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2008

Segundo o Banco Central do Brasil, os principais países investidores, em 2007, foram a Holanda, EUA, Luxemburgo, Espanha, Ilhas Caimão e França. As áreas de actividade mais relevantes na aplicação de capital estrangeiro foram os serviços (50%), a indústria (36%) e a agricultura, pecuária e extractiva mineral (14%), com destaque para os serviços financeiros, comércio, actividade de sedes de empresas e consultoria, construção civil, indústria metalúrgica, indústria alimentar, indústria de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, extracção de minerais metálicos e extracção de petróleo.

O investimento directo do Brasil no estrangeiro revela uma evolução muito irregular ao longo dos últimos anos, sendo de realçar o valor atingido em 2006 – 28,2 mil milhões de USD – que superou o montante

<sup>1</sup> Em 2008, os países desenvolvidos registaram uma diminuição de IDE de quase 33%, enquanto os países em desenvolvimento tiveram um aumento de 3,6%.

do investimento directo estrangeiro no país. Tal facto ficou a dever-se, essencialmente, à compra da empresa canadiana Inco (uma das maiores empresas, a nível mundial, na produção de níquel e de outros metais), pela empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Dados relativos a 2007 indicam que os principais países onde o Brasil investiu foram as Ilhas Caimão, Bermudas, Dinamarca, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas. O sector mais relevante de aplicação do capital foi o sector terciário (cerca de 93% do total do investimento directo), destacando-se os serviços prestados às empresas, intermediação financeira, suas actividades auxiliares, seguros e comércio.

## 2.4. Turismo

O turismo é uma actividade de importância fundamental para a economia do país, devido não só à sua contribuição para o crescimento do PIB, como também pelo potencial que oferece na criação de emprego e conseqüente acréscimo de rendimento, com impactos muito positivos na melhoria da qualidade de vida da população.

Os dados mais recentes da Organização Mundial de Turismo indicam que, em 2006 e 2007, visitaram o país cerca de 5 milhões de turistas estrangeiros, mas estatísticas locais apontam para uma tímida recuperação em 2008 (mais 200.000 turistas que no ano anterior). Em termos de receitas, tem-se assistido a uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos, tendo totalizado perto de 5 mil milhões de USD em 2007. As estatísticas locais referem um montante de 5,7 mil milhões de USD em 2008, representando um aumento de 15% relativamente ao ano anterior.

### Indicadores do Turismo

	2003	2004	2005	2006	2007
Turistas (10 <sup>3</sup> )	4.133	4.794	5.358	5.017	5.026
Dormidas <sup>a</sup> (10 <sup>3</sup> )	36.563	40.021	n.d.	n.d.	n.d.
Receitas (10 <sup>6</sup> USD)	2.479	3.222	3.861	4.316	4.953

Fontes: World Tourism Organisation; DFP; EMBRATUR; Ministério do Turismo; Banco Central do Brasil

Notas: (a) Inclui apenas estabelecimentos hoteleiros e similares

n.d. – não disponível

Quanto aos principais mercados emissores, a Argentina continua a liderar o *ranking*, com 18,31% do total dos turistas em 2007, seguindo-se os EUA com 13,91%. Portugal ocupa a 3ª posição em termos globais, com 5,58%, registando um pequeno decréscimo face a 2006, situação que também se verificou nos dois principais mercados emissores.

O Plano Nacional de Turismo (PNT), 2007/2010, destaca a perspectiva do Brasil se converter num dos principais destinos turísticos mundiais e o Programa de Regionalização do Turismo mapeou 200 regiões turísticas no país e seleccionou os roteiros e regiões que apresentam condições de serem trabalhados, para adquirirem um padrão de qualidade internacional.

O Ministério do Turismo pretende captar 7,9 milhões de turistas em 2010 e colocar o Brasil entre os primeiros vinte destinos turísticos até 2020. Neste sentido, está a ser desenvolvido um processo de reestruturação do sector, com destaque para o crescimento da hotelaria, com importantes entradas de capital estrangeiro<sup>2</sup>, e a melhoria das infraestruturas, serviços básicos e gestão ambiental.

Trata-se pois de um sector em fase de desenvolvimento, permitindo elevadas expectativas de crescimento. A este propósito merece destaque o facto do Brasil, além de organizar o Campeonato Mundial de Futebol em 2014, também ser candidato a acolher os Jogos Olímpicos em 2016, ocasiões que muito contribuirão para o crescimento do turismo no país.

### 3. Relações Económicas com Portugal

#### 3.1. Comércio

As relações comerciais entre Portugal e o Brasil têm registado algumas flutuações, essencialmente no que se refere à posição do Brasil como cliente de Portugal, sendo que o ano de 2008 apresenta uma melhoria de 6 pontos no respectivo *ranking* (13<sup>a</sup> posição), quando comparado com 2004 (19<sup>a</sup>).

#### Importância do Brasil nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Como cliente	Posição	19 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>
	%	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8
Como fornecedor	Posição	9 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>
	%	1,8	2,0	2,3	2,4	2,2

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Se verificarmos quais os países que mais contribuíram, em 2008, para o acréscimo das exportações nacionais, temos o Brasil em 7<sup>o</sup> lugar, cifrando-se esse aumento em cerca de 62 milhões de euros.

Os valores relativos às trocas comerciais entre Portugal e o Brasil, publicados pelo INE, relativos ao período 2004-2008, mostram uma taxa média de crescimento anual das exportações e das importações, da ordem dos 21% e 13%, respectivamente (muito embora os números base das importações sejam bastante superiores aos das exportações). Portugal mantém uma balança comercial tradicionalmente deficitária, que registou sucessivos agravamentos até 2007, verificando-se uma melhoria em 2008, ano em que o défice caiu 7,2%, em virtude do efeito conjugado do aumento das exportações e da diminuição das importações.

<sup>2</sup> Dos 130 países analisados no Relatório de Competitividade de Viagens e Turismo 2008, divulgado pelo Fórum Económico Mundial, o Brasil é considerado o 49<sup>o</sup> país mais atractivo do mundo para investimentos no sector do turismo.

Os valores relativos às trocas comerciais entre Portugal e o Brasil, publicados pelo INE, relativos ao período 2004-2008, mostram uma taxa média de crescimento anual das exportações e das importações, da ordem dos 21% e 13%, respectivamente (muito embora os números base das importações sejam bastante superiores aos das exportações). Portugal mantém uma balança comercial tradicionalmente deficitária, que registou sucessivos agravamentos até 2007, verificando-se uma melhoria em 2008, ano em que o défice caiu 7,2%, em virtude do efeito conjugado do aumento das exportações (+24%) e da diminuição das importações (-1,4%) relativamente a 2007.

Nos primeiros quatro meses do corrente ano verificou-se uma tendência de decréscimo das exportações portuguesas para o mercado brasileiro (-22,4% face ao período homólogo de 2008), registando-se igualmente uma queda acentuada das importações (-58,7%).

#### Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Varição <sup>a</sup>
Exportações	154.459	178.131	254.642	258.186	320.023	20,9%
Importações	857.529	984.355	1.232.969	1.381.192	1.362.038	12,7%
Saldo	-703.070	-806.224	-978.327	-1.123.006	-1.042.016	-
Coeficiente de cobertura	18,0%	18,1%	20,7%	18,7%	23,5%	-

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

Os fluxos comerciais entre Brasil e Portugal, além de envolverem valores relativamente baixos (sobretudo no caso das exportações nacionais), apresentam duas características muito importantes: são bastante concentrados numa gama reduzida de produtos e apresentam um baixo índice de coincidência entre si.

Fazendo uma breve análise à evolução das exportações durante o período 2004-2008, é possível destacar uma maior concentração das mesmas, nos primeiros três grupos de produtos; assim, enquanto que em 2004 este conjunto – produtos agrícolas, máquinas e aparelhos e minerais e minérios - representou cerca de 59% do total das exportações, em 2008 este mesmo conjunto já representou 65%, com todos os grupos a aumentarem os respectivos valores, dos quais se destaca o grande acréscimo registado nos produtos agrícolas (154%).

### Exportações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	%	2007	%	2008	%
Produtos agrícolas	52.155	33,8	118.719	46,0	132.642	41,4
Máquinas e aparelhos	18.220	11,8	33.112	12,8	39.374	12,3
Minerais e minérios	19.936	12,9	3.032	1,2	34.954	10,9
Produtos alimentares	11.251	7,3	20.252	7,8	21.445	6,7
Matérias têxteis	3.279	2,1	15.628	6,1	16.240	5,1
Produtos químicos	5.771	3,7	14.663	5,7	15.636	4,9
Plásticos e borracha	5.615	3,6	10.136	3,9	12.110	3,8
Combustíveis minerais	10.534	6,8	10.830	4,2	9.732	3,0
Veículos e outro material de transporte	5.347	3,5	4.632	1,8	8.212	2,6
Metais comuns	3.788	2,5	5.364	2,1	7.729	2,4
Pastas celulósicas e papel	4.227	2,7	5.360	2,1	6.152	1,9
Vestuário	691	0,4	2.879	1,1	3.838	1,2
Madeira e cortiça	2.216	1,4	4.868	1,9	3.742	1,2
Instrumentos de óptica e precisão	539	0,3	1.546	0,6	1.776	0,6
Peles e couros	708	0,5	346	0,1	480	0,1
Calçado	19	0,0	170	0,1	96	0,0
Outros produtos	10.163	6,6	4.962	1,9	3.537	1,1
Valores confidenciais			1.686	0,7	2.328	0,7
<b>Total</b>	<b>154.459</b>	<b>100,0</b>	<b>258.186</b>	<b>100,0</b>	<b>320.023</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais"

Numa análise mais detalhada das exportações para o Brasil, destacam-se como principais produtos de exportação o azeite (27%), minérios de cobre e concentrados (9,4%), peixe seco, salgado ou em salmoura (7%) e vinhos de uvas frescas (6%).

Merece ainda destaque o crescimento das exportações das máquinas e aparelhos, dado tratar-se de um grupo de produtos não tradicionais nas nossas exportações para o Brasil. Entre 2004-2008 o acréscimo foi de cerca de 116%.

De acordo com o quadro acima, é de referir o comportamento das exportações dos combustíveis minerais e das peles e couros que, se compararmos os valores de 2008 com os de 2004, verificamos que foram os únicos dois grupos de produtos que viram reduzidos os respectivos valores de exportação (-7,7% e -32,2% respectivamente).

Quanto às importações portuguesas provenientes do Brasil, é de destacar um forte aumento global verificado nos últimos anos, o qual está relacionado, em termos gerais, com dois factores fundamentais: a estratégia de reforço das exportações levada a cabo pelas empresas brasileiras e um forte aumento das importações nacionais de combustíveis.

O peso dos combustíveis minerais tem ganho preponderância, com valores e quotas de mercado em forte ascensão. Idêntico comportamento se passa com os produtos agrícolas, que constituem o segundo grupo de produtos com maior valor de importação. Estes dois grupos de produtos, representaram no seu conjunto, cerca de 73% do total comprado ao Brasil em 2008 (em 2004 representaram 52%).

Dos restantes grupos de produtos destacam-se os metais comuns, máquinas e aparelhos, madeira e cortiça, plásticos e borracha e produtos alimentares.

#### Importações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	%	2007	%	2008	%
Combustíveis minerais	193.013	22,5	448.565	32,5	502.135	36,9
Produtos agrícolas	252.634	29,5	433.191	31,4	488.247	35,8
Metais comuns	117.420	13,7	153.418	11,1	82.976	6,1
Máquinas e aparelhos	41.692	4,9	61.539	4,5	58.353	4,3
Madeira e cortiça	57.351	6,7	61.230	4,4	47.354	3,5
Plásticos e borracha	12.404	1,4	40.098	2,9	34.374	2,5
Produtos alimentares	37.507	4,4	42.512	3,1	33.160	2,4
Produtos químicos	22.069	2,6	34.506	2,5	24.717	1,8
Calçado	14.801	1,7	18.009	1,3	20.864	1,5
Pastas celulósicas e papel	16.278	1,9	13.049	0,9	11.825	0,9
Peles e couros	32.592	3,8	18.741	1,4	10.355	0,8
Matérias têxteis	21.623	2,5	6.838	0,5	6.635	0,5
Vestuário	7.698	0,9	7.686	0,6	5.935	0,4
Minerais e minérios	4.729	0,6	3.769	0,3	5.547	0,4
Instrumentos de óptica e precisão	2.504	0,3	4.703	0,3	5.222	0,4
Veículos e outro material de transporte	6.917	0,8	4.246	0,3	3.876	0,3
Outros produtos	16.298	1,9	12.003	0,9	6.784	0,5
Valores confidenciais			17.089	1,2	13.681	1,0
<b>Total</b>	<b>857.529</b>	<b>100,0</b>	<b>1.381.192</b>	<b>100,0</b>	<b>1.362.038</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais"

### 3.2 Serviços

No período relativo a 2004/2008, podemos constatar que, à excepção do ano de 2005, as exportações de serviços para o Brasil têm sido sempre superiores às importações. Por outro lado, enquanto as exportações registaram um crescimento contínuo ao longo dos últimos cinco anos (taxa de crescimento médio anual de 20,6%), as importações tiveram uma evolução irregular (taxa de crescimento de 4,8%).

Os serviços exportados dizem respeito a transportes, viagens e turismo, outros serviços fornecidos pelas empresas, serviços de comunicação, serviços de informação e de informática, serviços financeiros, de construção e seguros. Assumindo valores mais elevados e a grande distância dos restantes, destacam-se os transportes e as viagens e turismo, o que demonstra o interesse do turismo brasileiro por Portugal.

#### Balança Comercial de Serviços com o Brasil

(10 <sup>3</sup> euros)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>
Exportações	288.144	353.607	454.882	561.254	603.576	20,6%
Importações	287.977	364.732	344.422	358.119	336.463	4,8%
Saldo	167	-11.125	110.460	203.135	267.113	--
Coef. cobertura	100,1%	96,9%	132,1%	156,7%	179,4%	--
% Export. total <sup>b</sup>	2,43%	2,89%	3,11%	3,31%	3,37%	--
% Import. total <sup>b</sup>	3,67%	4,34%	3,56%	3,41%	2,96%	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

(b) Em percentagem do total das exportações / importações globais portuguesas de serviços

Pelo lado das importações, verifica-se que as viagens e turismo apresentam valores muito superiores aos restantes serviços, o que revela que existe um forte fluxo turístico de Portugal para o Brasil. Seguem-se os transportes, com 55% do valor apresentado pela rubrica das viagens e turismo.

### 3.3 Investimento

O Brasil continua a ser um importante destino do investimento directo de Portugal no estrangeiro (IDPE). De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, o Brasil, depois de ter sido o primeiro mercado de destino do investimento português em 1997, 1998 e 2000, apresentou períodos com algumas oscilações, sendo que nos últimos três anos o país se posicionou sempre no *top five* dos mercados de destino do IDPE (3º lugar em 2008).

O investimento português no Brasil é muito superior ao investimento daquele país em Portugal, que tem uma expressão reduzida no total do investimento estrangeiro no nosso país (0,3% nos últimos três anos). Em 2008, o Brasil situou-se no 17º lugar enquanto emissor de investimento directo para Portugal.

### Importância do Brasil nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Portugal como receptor (IDE) <sup>a</sup>	Posição	22 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>
	% <sup>a</sup>	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3
Portugal como emissor (IDPE) <sup>a</sup>	Posição	4 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
	% <sup>a</sup>	4,3%	3,6	4,3	4,5	11,1

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) com base no investimento bruto

O investimento directo brasileiro em Portugal registou uma evolução positiva entre 2004 e 2008, tendo atingido um crescimento médio anual da ordem dos 59% (investimento bruto). Os montantes de desinvestimento foram também significativos, originando mesmo uma situação de investimento líquido negativo em 2004.

### Investimento Directo do Brasil em Portugal

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>
Investimento bruto	24.251	69.120	92.256	114.340	106.538	58,9%
Desinvestimento	30.112	3.731	12.222	80.464	48.277	164,6%
Investimento líquido	-5.861	65.389	80.034	33.876	58.261	-

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

O Brasil é um importante destino de IDPE, sendo esta área aquela em que o relacionamento de Portugal mais se tem evidenciado, desde finais dos anos 90. Apesar das incertezas no mercado internacional, a estabilidade macroeconómica no Brasil tem sido fundamental para garantir a continuidade na entrada de investimento directo estrangeiro (IDE) no país.

### Investimento Directo de Portugal no Brasil

(10 <sup>3</sup> EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>
Investimento bruto	509.768	350.985	426.596	665.733	1.125.921	28,9%
Desinvestimento	218.150	788.671	413.609	326.848	484.249	60,3%
Investimento líquido	291.618	-437.686	12.987	338.885	641.672	-

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

Em termos brutos, os dados do quinquénio 2004-2008 revelam que o investimento apresenta uma tendência de crescimento, com uma taxa média anual de 29%, embora se assista, igualmente, a valores elevados no desinvestimento. De qualquer modo, estamos perante montantes que não alcançam os valores registados entre 1998 e 2001, anos em que o Brasil foi um dos principais destinos do IDPE, mas que tem em conta situações que não se verificam regularmente (neste período, registaram-se entradas



significativas de investimento estrangeiro no mercado brasileiro, principalmente devido à fase de abertura de vários sectores à iniciativa privada).

No que se refere às aplicações e depois do movimento inicial ter sido feito por alguns grandes grupos portugueses, em resultado das privatizações brasileiras nos sectores da energia e telecomunicações, seguiram-se inúmeros investimentos<sup>3</sup>, cuja característica principal é a sua diversificação e a intervenção de grandes e médias empresas.

Concretamente, em 2008, as actividades financeiras foram as principais responsáveis pelo investimento no Brasil, seguindo-se-lhes as actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas, o comércio por grosso e a retalho, a construção e a indústria transformadora. No período em análise, o ano de 2008 é aquele em que as actividades imobiliárias, os alugueres e serviços às empresas aparecem em 2º lugar, quando desde 2004 foram sempre o primeiro sector de aplicação de IDP.

### 3.4 Turismo

O Brasil integra a “carteira” dos principais mercados emissores para Portugal (*top ten*). Os dados de 2008 relativos ao número de hóspedes e às dormidas na hotelaria global colocam o Brasil nos 7º e 8º lugares dos respectivos *rankings*, posições superiores às registadas anteriormente.

#### Turismo do Brasil em Portugal

	2004	2005	2006	2007	2008	Var. <sup>a</sup>
Hóspedes <sup>b</sup>	152.785	177.275	203.132	253.1302	314.750	19,9%
% Total <sup>c</sup>	2,7	3,0	3,1	3,6	4,4	--
Posição <sup>d</sup>	8	8	8	8	7	--
Dormidas <sup>b</sup>	336.379	411.175	461.807	558.749	676.501	19,2%
% Total <sup>c</sup>	1,5	1,7	1,8	2,1	2,6	--
Posição <sup>d</sup>	14	12	12	10	8	--
Receitas <sup>b</sup> (10 <sup>3</sup> EUR)	104.436	115.884	148.783	176.907	233.216	22,5%
% Total <sup>c</sup>	1,7	1,9	2,2	2,4	3,1	--
Posição <sup>d</sup>	12	11	10	10	6	--

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

(d) Posição enquanto mercado emissor

As estatísticas disponíveis sobre a deslocação de turistas brasileiros a Portugal, no período 2004/2008, mostram um crescimento no número de dormidas, a atingir uma taxa média anual de aproximadamente

<sup>3</sup> PT Telecom, EDP, Galp, Cimpor, Brisa, Martifer, Logoplast, Pestana, Vila Galé, Grupo Espírito Santo, Dão Sul, entre outros;

20% e um acréscimo nas receitas na ordem dos 22% (crescimento este superior aos restantes dois indicadores – hóspedes e dormidas).

A região de Lisboa foi responsável por 62% do total de dormidas de turistas brasileiros, em 2007. Nas posições seguintes surge o Norte, com 19%, apresentando um aumento de 26,6% face a 2006 e a região Centro, que representou 9% e um acréscimo de 26,4% em termos homólogos. O Algarve e a Madeira, a par do Alentejo e dos Açores, são destinos com menor procura.

No que se refere à emissão de turistas portugueses para o Brasil e segundo fontes locais (Ministério do Turismo), Portugal posicionou-se em 3º lugar em 2006 e 2007, com 299.110 (5,96%) e 280.438 (5,58%) turistas, respectivamente, situando-se a uma grande distância dos dois principais países emissores – Argentina (18,31% em 2007) e EUA (13,91%) – e muito perto do 4º mercado, a Itália (5,35%).

#### 4. Relações Internacionais e Regionais

A República Federativa do Brasil é membro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destaca o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC), desde 1 de Janeiro de 1995.

A nível regional, este país faz parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), do Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe (SELA) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O **MERCOSUL**, cujos membros fundadores são o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai (a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru têm estatuto de membros associados) e aos quais se juntou, em Julho de 2006, a Venezuela (ainda não é membro pleno pois o Tratado de Adesão ainda não foi ratificado por todos os Estados membros), foi criado em 26 de Março de 1991, pelo Tratado de Assunção, e traduz-se, em termos gerais, num projecto de integração sub regional, que visa promover o progresso económico e social entre os seus membros, através da constituição gradual de um Mercado Comum.

Actualmente, o MERCOSUL encontra-se, ainda, numa *etapa do processo de integração definida como União Aduaneira*, cujo objectivo final é evoluir à condição de Mercado Comum, compreendendo não só o livre comércio entre os países membros e a aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC) face a países terceiros, mas, também, a livre circulação dos factores de produção – capital e trabalho.

Estabelecida pelo Tratado de Montevideo, em 1980, a **ALADI** (organismo intergovernamental) tem como objectivos fortalecer as relações entre os seus membros, através da celebração de acordos bilaterais, modernizar a estrutura produtiva dos países signatários, harmonizar as respectivas políticas macroeconómicas e promover uma participação mais activa dos diferentes grupos sociais no processo de integração.

Como objectivo final visa a criação, de forma gradual e progressiva, de um mercado latino-americano, através da aplicação de uma Preferência Tarifária Regional (PTR), ou seja, redução de direitos aduaneiros entre as partes. Para além do Brasil, integram a ALADI os seguintes países: Argentina; Bolívia; Chile; Colômbia; Cuba; Equador; México; e Paraguai.

O **SELA**, formado por 26 países, foi criado em 1975 com o objectivo de acelerar o desenvolvimento económico e social dos seus membros, através da cooperação intra-regional e do estabelecimento de um sistema permanente de consulta e coordenação em assuntos de natureza económica e social.

Por sua vez, a **CPLP**, instituída em 17 de Julho de 1996, apresenta como objectivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico, e a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Aderiram a esta Comunidade os seguintes países: Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; e Timor-Leste.

No que respeita ao **relacionamento com a União Europeia**, o quadro legal está vertido, fundamentalmente, no Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE, assinado em Junho de 1992 e em vigor desde Novembro de 1995 e no Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/UE, assinado em Dezembro de 1995 e em vigor desde Julho de 1999.

Os principais objectivos que presidiram ao estabelecimento do *Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE* (de natureza não preferencial) foram o aumento e a diversificação das trocas comerciais entre as partes, bem como a intensificação da cooperação económica, industrial, científica, tecnológica e financeira.

Com o *Acordo-Quadro de Cooperação Mercosul/UE* pretende-se o aprofundamento das relações entre as partes e a preparação das condições para a criação de um Acordo de Associação Inter-Regional que incluirá a liberalização do comércio de bens e serviços, de acordo com as regras da OMC, entre outras matérias no domínio económico, técnico, político, institucional e cultural.

Em Maio de 2007, a UE recomendou o lançamento de uma Parceria Estratégica com o Brasil, com vista a reforçar as relações bilaterais entre as partes numa variedade de sectores e actividades de interesse comum. A 1ª Conferência teve lugar a 4 de Julho de 2007, em Lisboa, e a segunda realizou-se em 22 de Dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, tendo sido abordados temas globais (o multilateralismo, a crise financeira internacional e as mudanças climáticas e energéticas), assim como o enquadramento que deverá orientar a parceria estratégica bilateral UE/Brasil para os próximos 3 anos.

## 5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

### 5.1. Regime Geral de Importação

O mercado brasileiro caracterizou-se, até ao início dos anos 90, por um forte proteccionismo e intervenção estatal. O programa de reformas de 1990 consagrou uma progressiva liberalização das trocas comerciais e a integração da economia brasileira a nível internacional. No entanto, este país continua a apresentar uma forte (e complexa) carga fiscal incidente sobre a importação da maioria dos produtos.

A exportação da generalidade das mercadorias para o mercado brasileiro não está sujeita, como regra, a restrições (licenciamento). Existem, no entanto, algumas excepções para as quais é necessária a observância de determinados requisitos e a autorização prévia das autoridades competentes.

A lista de **produtos sujeitos a autorização** inclui as importações de produtos alimentares, de bebidas, de produtos farmacêuticos e veterinários, de cosméticos e de produtos agrícolas, incluindo sementes e fertilizantes.

A entrada de determinado tipo de bens, como armas, drogas e produtos agro-químicos está dependente de autorizações especiais por razões de segurança, saúde pública ou de protecção da indústria nacional.

Os **procedimentos de importação** estão informatizados através do Sistema Integrado de Comércio Externo, denominado SISCOMEX que, por via do estabelecimento de um fluxo único das várias informações, promove a integração das actividades de registo, acompanhamento e controlo das operações de importação/exportação. O SISCOMEX surge, assim, como um instrumento que visa agilizar e facilitar a tramitação administrativa na área do comércio externo.

Todas as mercadorias importadas no mercado brasileiro estão sujeitas a Despacho Aduaneiro, processado pelas entidades alfandegárias com base nas informações constantes na Declaração de Importação.

O **licenciamento dos bens pode ser automático** (para produtos que não carecem de licença de importação ou autorizações especiais, nomeadamente as operações efectuadas ao abrigo do regime aduaneiro de *drawback*) **ou não automático** (abrange todas as mercadorias para as quais é obrigatória a emissão de uma Licença Prévia de Importação - LI, como sejam, certos produtos alimentares, agro-pecuários, brinquedos, equipamentos electrónicos e têxteis, entre outros).

Os exportadores de animais vivos, produtos de origem animal, carnes e produtos derivados, leite e produtos lácteos, como queijos, devem dirigir-se, em Portugal, à Direcção-Geral de Veterinária (DGV), por forma a que esta entidade obtenha junto do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura brasileiro, a homologação prévia das empresas e rótulos das mercadorias em questão.

No que respeita à exportação de vinhos, os produtores devem estar devidamente credenciados na Secretaria de Defesa Agropecuária brasileira, através de preenchimento de formulário próprio para o efeito (disponível na **aicep** Portugal Global).

O Brasil adoptou, em 1 de Janeiro de 1995, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH). Com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, o Brasil passou a aplicar, na maioria dos produtos importados de países terceiros, o mesmo nível de direitos alfandegários que os restantes parceiros.

As mercadorias comunitárias estão sujeitas aos impostos constantes na TEC. Os dois blocos estão em negociações com vista à eliminação das barreiras tarifárias, no âmbito do Acordo Inter-Regional de Cooperação entre a UE e o Mercosul, assinado em Dezembro de 1995, sem que no entanto haja data prevista para a conclusão das mesmas.

O **Imposto de Importação** (II) é calculado numa base “ad valorem” sobre o valor CIF das mercadorias e pode ser consultado no Site *Market Access Database*, da responsabilidade da União Europeia – <http://mkaccdb.eu.int> (clicar em *Applied Tariffs Database*).

Para além das imposições alfandegárias, há, também, lugar ao pagamento dos seguintes encargos:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – em geral, é calculado numa base “ad valorem”, embora para certos produtos (por exemplo, da indústria vitivinícola e cervejeira) seja calculado por um valor fixo por unidade.
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – as taxas deste tributo, similar ao IVA, variam consoante o Estado de destino das mercadorias (em São Paulo, por exemplo, a taxa normal é de 18%, com excepção de alguns produtos previstos em lei própria).
- Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Património do Servidor Público (PIS/PASEP) – taxa de 1,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Segurança Social (COFINS) – taxa de 7,60%.

A aplicação destes impostos é feita em cascata, ou seja, de forma cumulativa:

- Valor CIF x II (Imposto de Importação) = A
- A x IPI (Imposto sobre Produtos Industriais) = B
- B + PIS + COFINS (determinados pela tabela oficial da Receita Federal, consultável em <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/NormasdeExecucao/AnexoUnicoNECoana022005.xls>) = C

- C + taxa do SISCOMEX (sistema informático de comércio exterior, que é de R\$ 40, mais R\$ 10 por cada adição, ou seja, por cada produto com classificação pautal diferente) = D
- D / ICMS (Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços, calculado por dentro, i.e., no caso do ICMS ser 18% - taxa normal, em vez de multiplicar por 18%, divide por 0,82; já se o ICMS for 12%, divide por 0,88) = Resultado dos principais impostos aduaneiros

A este resultado há ainda que adicionar taxas aduaneiras (que em média oscilam até 6%), tais como:

- FRMM – Frete para Renovação da Marinha Mercante, que é 25% do valor do frete internacional;
- Taxa de capatazia;
- Taxa de armazenagem;
- Desconsolidação;
- Desembaraço;
- Serviços do despachante;
- Liberação do *bill of lading*.

## 5.2. Regime de Investimento Estrangeiro

No Brasil, o investimento externo é regulado pelas Lei n.º 4.131, de 3 de Setembro de 1962, alterada pela Lei n.º 4.390, de 29 de Agosto de 1964, ambas regulamentadas pelo Decreto n.º 55.762, de 17 de Fevereiro de 1965 (objecto de modificações posteriores).

Com as alterações introduzidas na Constituição em 1995 foi eliminada a distinção entre capital nacional e estrangeiro. Os investidores apenas necessitam de **registar a transacção no Banco Central do Brasil** (BCB), o qual emite um certificado reflectindo o investimento em moeda estrangeira e o correspondente em Reais.

A maioria das áreas de actividade está aberta à iniciativa privada, com excepção dos seguintes sectores que apresentam restrições: serviços de saúde, indústria pesqueira, de produção de álcool enquanto combustível alternativo, indústria de energia atómica, serviços de correios e telégrafos e de transporte aéreo e na administração (participação maioritária) de meios de comunicação social (jornais, revistas e outras publicações, televisão e rádio).

A participação de capital estrangeiro em instituições financeiras e de seguros encontra-se limitada a posições minoritárias, restrição legal que pode ser objecto de alteração casuística, se o interesse nacional assim o justificar.

Todos os investimentos estrangeiros estão sujeitos a registo no Banco Central do Brasil e toda a informação prestada passa a integrar o Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN). Desde Setembro de 2000 o BCB apenas admite registos efectuados *on line*, no endereço [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). O capital estrangeiro deve, assim, ser registado no Banco Central do Brasil, através do sistema de Registo Declaratório Electrónico de Investimento Externo Directo (Módulo RDE-IED).

O registo do investimento será efectuado em declarações prestadas pelo representante da empresa brasileira receptora e/ou pelo representante do investidor externo, através do Módulo RDE-IED, no prazo de 30 dias após o evento que lhe deu origem.

O retorno do capital investido pode concretizar-se a qualquer momento, sem necessidade de autorização prévia, sendo que os montantes superiores ao registado são considerados ganhos de capital em benefício do investidor estrangeiro e, portanto, sujeitos a uma taxa de 15% de Imposto de Renda retido na fonte e à aprovação do Banco Central.

Os **incentivos do Governo Federal** abrangem o investimento nas zonas menos desenvolvidas das regiões Norte e Nordeste e nas actividades orientadas para a exportação e outros projectos enquadrados nos programas especiais de desenvolvimento sectorial. As atribuições são efectuadas, geralmente, sob a forma de isenções fiscais ou de benefícios ao nível das condições de financiamento.

A **nível estadual e local** existem, também, programas e instrumentos de apoio vocacionados para atrair e incentivar o investimento estrangeiro, como por exemplo: isenções fiscais no pagamento de impostos indirectos; concessão de financiamento às novas empresas; participação do Estado no capital da empresa promotora do investimento; doacção de terrenos; etc.

Por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foi assinado entre Portugal e o Brasil o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos, que aguarda a troca de instrumentos de ratificação para a respectiva entrada em vigor.

Finalmente, foi celebrada entre ambos os países a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, em vigor desde 5 de Outubro de 2001.

### 5.3 Quadro Legal

#### Regime de Importação

- *Portaria n.º 35, de 24 de Novembro de 2006* – Consolida as Portarias SECEX (Secretaria de Comércio Externo) – Importações.
- *Decreto n.º 660, de 25 de Setembro de 1992* – Cria o Sistema Integrado de Comércio Externo (SISCOMEX) – Registo, acompanhamento e controlo das diferentes etapas das operações de comércio externo.
- *Lei n.º 8 078, de 12 de Setembro de 1990* – Dispõe sobre a protecção do consumidor.
- *Lei n.º 4.886, de 9 de Dezembro de 1965 (alterada pela Lei n.º 8.420, de Maio de 1992)* – Regula a actividade de representação ou agência comercial.

Os interessados podem consultar, no Site da União Europeia, tema “Relações Externas”, informação sobre o relacionamento bilateral entre a UE e o Brasil – [http://ec.europa.eu/external\\_relations/brazil/intro/index.htm](http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/intro/index.htm)

## Regime de Investimento Estrangeiro

- *Resolução Normativa nº84 de 10 de Fevereiro de 2009* - Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro.
- *Lei n.º 11.079, de 30 de Dezembro de 2004 (com alterações posteriores)* – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
- *Lei n.º 610, de 23 de Dezembro de 2002* – Regula a participação estrangeira nas empresas brasileiras de meios de comunicação social.
- *Circular n.º 2.997, de 15 de Agosto de 2000* – Estabelece o Registo Declaratório Electrónico obrigatório para as operações de investimento estrangeiro.
- *Lei n.º 8.955, de 15 de Dezembro de 1994* – Regula a actividade de Franchising.
- *Decreto n.º 365, de 16 de Dezembro de 1991* – Dispõe sobre o registo dos reinvestimentos de lucros decorrentes de investimentos de capitais estrangeiros, efectuados na forma da Lei n.º 4.131, de 3 de Setembro, de 1962.
- *Lei n.º 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 (com alterações posteriores)* – Regulamenta as Sociedades Anónimas.
- *Decreto n.º 55.762, de 17 de Fevereiro de 1965 (com alterações posteriores)* – Regulamenta a Lei n.º 4.131, de 3 de Setembro de 1962, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior.
- *Lei n.º 4.131, de 3 de Setembro de 1962 (alterada pela Lei n.º 4.390, de 29 de Agosto de 1964)* – Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior.
- *Lei n.º 556, de 25 de Junho de 1850* – Aprova o Código Comercial Brasileiro, cuja primeira parte foi revogada pelo novo Código Civil aprovado pela Lei n.º 10.406, de 11 de Janeiro de 2002.

A legislação brasileira pode ser consultada na página web do Senado Federal – [www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action](http://www.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action). e

## Acordos Relevantes

- *Decreto n.º 18/2006, de 21 de Junho* – Aprova o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre Portugal e o Brasil (em vigor desde 1 de Novembro de 2008).



- *Resolução da Assembleia da República n.º 33/2001, de 27 de Abril* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre Portugal e o Brasil.
- *Decreto n.º 24/94, de 10 de Agosto* – Aprova o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos entre Portugal e o Brasil.

Para mais informação sobre mercados internacionais, consulte o Site da aicep Portugal Global – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx> ou a “Livraria Digital” – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

## 6. Informações Úteis

### Formalidades na Entrada

É exigido passaporte a todos os visitantes.

Os portugueses que viajem em negócios ou turismo estão dispensados de visto, podendo permanecer no país por 90 dias (prazo prorrogável por mais 90 dias). Todos os que trabalhem no Brasil (seja como trabalhador com contrato de trabalho, investidor ou outro) terão de obter necessariamente um visto.

Em termos gerais, para a obtenção de um visto de investidor individual, a legislação exige um investimento equivalente a 50 mil USD. Para um estrangeiro que venha exercer o cargo de direcção/administração, exige-se um investimento equivalente a 200 mil USD, enquanto que, para um trabalhador com contrato de trabalho, que não assuma cargos de direcção/administração, é exigido que este aufera um salário compatível com a sua função e experiência (que deverá ser sempre maior que o auferido no seu país de origem).

Os processos para obtenção de vistos são instruídos, em geral, junto à Coordenação Geral de Imigração, do Ministério do Trabalho e Emprego (<http://www.mte.gov.br/>), pela empresa brasileira que "recebe" o estrangeiro.

Mais informações podem ser obtidas junto ao CAIP – Centro de Apoio ao Investidor Português, localizado no Centro de Negócios da aicep Portugal Global em São Paulo.

### Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado brasileiro (prioritário) é a seguinte (Maio de 2009):

Curto prazo – Aberta sem condições restritivas;

Médio/Longo prazo – Garantia bancária ou garantia de transferência.

Indicações pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

### Hora Local

O território brasileiro abrange três fusos horários, sendo UTC menos três horas a hora oficial do Brasil. Este fuso horário inclui o Distrito Federal, os Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e todos os Estados banhados pelo Oceano Atlântico.

Assim, face a Portugal, o Brasil tem menos duas a quatro horas, em termos de fuso horário, dependendo dos horários de Inverno e de Verão nos dois países. Na nossa hora de Inverno, o Brasil tem menos duas horas e na nossa hora de Verão tem menos quatro horas. Note-se que as mudanças de horário nos dois países não coincidem, pelo que haverá diferentes situações em dois curtos períodos.

### Horários de Funcionamento

#### Serviços Públicos:

8h00 às 18h00 (segunda-feira a sexta-feira)

O horário de atendimento varia de acordo com a repartição pública.

#### Bancos:

10h00 às 16h00 (agências - segunda a sexta-feira)

Há algumas cidades com horários diferentes. Os caixas electrónicos funcionam todos os dias em horários mais alargados.

#### Comércio:

Dependendo da localização, certos estabelecimentos podem ter horários diferenciados e alguns funcionam 24 horas.

#### Tradicional

09h00 às 18h00 (segunda-feira a sábado)

#### Centros comerciais

10h00 às 22h00 (segunda-feira a sábado)

14h00 às 22h00 (domingo - São Paulo)

15h00 às 21h00 (domingo - Rio de Janeiro)

### Hipermercados

07h00 às 22h00 (segunda-feira a domingo)

### Feriados 2008

#### Data Fixa:

1 de Janeiro – Dia de Ano Novo  
21 de Abril – Dia de Tiradentes  
1 de Maio – Dia do Trabalhador  
7 de Setembro – Dia da Independência  
12 de Outubro – Dia de Nossa Senhora Aparecida  
2 de Novembro – Dia das Almas  
15 de Novembro – Proclamação da República  
25 de Dezembro – Dia de Natal

#### Data Móvel:

Terça-feira de Carnaval  
Quarta-feira de Cinzas (até ao meio-dia)  
Sexta-feira Santa  
Dia de Corpo de Deus

#### Locais:

20 de Janeiro – Fundação do Rio de Janeiro  
25 de Janeiro – Fundação de São Paulo  
23 de Abril – Dia de São Jorge (Rio de Janeiro)  
9 de Julho – Revolução Constitucionalista (São Paulo)  
20 de Novembro – Dia da Consciência Negra (São Paulo e Rio de Janeiro)

### Corrente Eléctrica

110/220 V (embora existam variações nos vários Estados)

As voltagens indicadas representam as correntes eléctricas, consoante a ligação feita seja monofásica ou trifásica.

A ciclagem no país inteiro é de 60 Hz (diferente de Portugal, que é de 50 Hz).

A consulta às tensões eléctricas dos vários Estados poderá ser feita através do site da ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Eléctrica – <http://abradee.org.br>

### Pesos e Medidas

O Brasil adopta o SI – Sistema Internacional de Unidades.

## 7. Endereços Diversos

### Em Portugal

#### Embaixada do Brasil

Estrada das Laranjeiras, 144

1649-021 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 248 510 | Fax: (+351) 217 267 623

E-mail: [geral@embaixadodobrasil.pt](mailto:geral@embaixadodobrasil.pt) | <http://www.embaixadodobrasil.pt>

#### Consulado Geral do Brasil em Lisboa

Praça Luís de Camões, 22 – 1.º Esq

1249-190 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 213 214 100 | Fax: (+351) 213 473 926

E-mail: [consbras.lisboa@netcabo.pt](mailto:consbras.lisboa@netcabo.pt) | <http://www.consulado-brasil.pt>

#### Consulado Geral do Brasil no Porto

Avenida de França, 20 – 1.º

4050-275 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 226 084 070 | Fax: (+351) 226 084 089

E-mail: [cgporto@mail.telepac.pt](mailto:cgporto@mail.telepac.pt) | <http://www.consuladobrasilporto.com>

#### **aicep** Portugal Global

O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2.º

4150-074 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399

E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

#### **aicep** Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581

E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

#### Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira

Taguspark – Núcleo Central, 374

2740-122 Oeiras – Portugal

Tel.: (+351) 213 477 475 / 213 424 423 | Fax: (+351) 213 424 388

E-mail: [geral@ccilb.net](mailto:geral@ccilb.net) | <http://www.ccilb.net>

COSEC – Companhia de Seguros de Créditos  
Direcção Internacional  
Av. da República, 58  
1069-057 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 217 913 700 | Fax: (+351) 217 913 720  
E-mail: [internacional@cosec.pt](mailto:internacional@cosec.pt) | <http://www.cosec.pt>

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)  
Av. Conde Valbom, 98  
1064-824 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 217 983 600 | Fax: (+351) 217 983 654  
E-mail: [correio.asae@asae.pt](mailto:correio.asae@asae.pt) | <http://www.agenciaalimentar.min-agricultura.pt>

Direcção-Geral de Veterinária (DGV)  
Largo da Academia Nacional das Belas Artes, 2  
1249-105 Lisboa – Portugal  
Tel.: (+351) 213 239 500 | Fax: (+351) 213 239 694  
E-mail: [veterinaria@mail.telepac.pt](mailto:veterinaria@mail.telepac.pt) | <http://www.dgv.min-agricultura.pt>  
Linha Azul - 808 202 633

#### No Brasil – Entidades Oficiais Portuguesas

Embaixada de Portugal em Brasília  
Avenida das Nações, Quadra 801, Lote 2  
70402-900 Brasília DF – Brasil  
Tel.: (+55 61) 3032 9600 | Fax: (+55 61) 3032 9642/9627  
E-mail: [embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br](mailto:embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br>  
Blogue: <http://www.embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/>

Secção Consular  
Avenida das Nações, Quadra 801, Lote 2  
70402-900 Brasília DF – Brasil  
Tel.: (+55 61) 3032 9600 / 1/ 2 | Fax: (+55 61) 3032 9627  
E-mail: [embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br](mailto:embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede.php>

Consulado Geral de Portugal em Belém  
Rua dos Mundurucus, 3100 – sala 1202 e 1203  
Edifício Metropolitan Tower  
CEP 66040-270 Belém do Pará PA – Brasil  
Tel.: (+55 91) 3241 6666 | Fax: (+55 91) 3241 1181  
E-mail: [mail@belempara.dgaccp.pt](mailto:mail@belempara.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/belem.php>

Consulado Geral de Portugal em Belo Horizonte  
Avenida Álvares Cabral, 1366 – 9.º  
30170-001 Belo Horizonte MG – Brasil  
Tel.: (+55 31) 8 3291 8192 | Fax: (+55 31) 3291 8064  
E-mail: [mail@cnbel.dgaccp.pt](mailto:mail@cnbel.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/bh.php>

Consulado Geral de Portugal em Curitiba  
Rua Visconde do Rio Branco, 1358 – 20.º  
CEP 80420-210 Curitiba Centro – Brasil  
Tel.: (+55 41) 3233 4211 | Fax: (+55 41) 3222 1190  
E-mail: [mail@curitiba.dgaccp.pt](mailto:mail@curitiba.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/curitiba.php>

Consulado de Portugal no Recife  
Avenida Eng.º Domingos Ferreira, 4060 – 6.º  
Edifício Blue Tower  
Boa Viagem  
CEP 51021-040 Recife PE – Brasil  
Tel.: (+55 81) 3327 1514 | Fax: (+55 81) 3327 1514  
E-mail: [mail@cnrec.dgaccp.pt](mailto:mail@cnrec.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/recife.php>

Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro  
Avenida Marechal Câmara, 160 – Sala 1809  
Edifício Orly  
CEP 20020-080 Rio de Janeiro RJ – Brasil  
Tel.: (+55 21) 3231 7250 | Fax: (+55 21) 2544 3262  
E-mail: [mail@rio.dgaccp.pt](mailto:mail@rio.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/rj.php>

Consulado de Portugal em Salvador  
Avenida Tancredo Neves, 1632 – Edf. Salvador  
Trade Center – Torre Norte – Sala 109  
CEP 41820-020 Salvador-Bahia – Brasil  
Tel.: (+55 71) 3341 0636/1499 | Fax: (+55 71) 3341 2796  
E-mail: [mail@salvador.dgaccp.pt](mailto:mail@salvador.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/salvador.php>

Consulado de Portugal em Santos  
Rua D. Pedro II, nº. 77 - 2º  
CEP 11010-080 Santos SP  
Tel.: 55 13 3219 4230 / 3882 Fax: 55 13 3219 4197  
E-mail: [mail@cnsnt.dgaccp.pt](mailto:mail@cnsnt.dgaccp.pt) | <http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/santos.php>

Consulado Geral de Portugal em São Paulo  
Rua Canadá, 324 – Jardim América  
01436-000 São Paulo SP – Brasil  
Tel.: (+55 11) 3084 1800 | Fax: (+55 11) 3085 5633  
Emails:  
Nacionalidade – [nacionalidade@cgspl.dgacpp.pt](mailto:nacionalidade@cgspl.dgacpp.pt)  
Vistos – [vistos@cgspl.dgacpp.pt](mailto:vistos@cgspl.dgacpp.pt)  
Transcrições – [transcricoes@cgspl.dgacpp.pt](mailto:transcricoes@cgspl.dgacpp.pt)  
Bilhete de Identidade e Passaporte – [passaporte@cgspl.dgacpp.pt](mailto:passaporte@cgspl.dgacpp.pt)  
Apoio social – [socialcultural@cgspl.dgacpp.pt](mailto:socialcultural@cgspl.dgacpp.pt)  
Outros assuntos – [duvidas@cgspl.dgacpp.pt](mailto:duvidas@cgspl.dgacpp.pt)  
<http://www.embaixadadeportugal.org.br/rede/sp.php>

**aicep** Portugal Global  
Agência para o Investimento e Comércio Externo  
Edif. do Consulado Geral de Portugal  
Rua Canadá, 324 - Jardim Europa  
01436-000 São Paulo SP – Brasil  
Tel.: (+55 11) 3084 1830 | Fax: (+55 11) 3061 0595  
E-mail: [aicep.s.paulo@portugalglobal.pt](mailto:aicep.s.paulo@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

Instituto Camões  
Centro Cultural Português em Brasília  
Avenida das Nações, Quadra 801 – Lote 2  
70402-900 Brasília DF – Brasil  
Tel.: (+55 61) 3032 9600 | Fax: (+55 61) 3032 9634  
E-mail: [geral@institutocamoes.org.br](mailto:geral@institutocamoes.org.br) | <http://www.institutocamoes.org.br>

#### No Brasil – Entidades Oficiais Brasileiras

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA  
SAI Trecho 5, Área Especial, 57 – lote 200  
CEP 71205-205 Brasília DF – Brasil  
Tel.: (+55 61) 3462 6000  
<http://www.anvisa.gov.br>

Câmara de Comércio Exterior – CAMEX  
Esplanada dos Ministérios, Bloco J – 7º andar sala 700  
CEP 70053-900 Brasília DF – Brasil  
Tel.: (+55 61) 2109 7050/7090 | Fax: (+55 61) 2109 7049  
E-mail: [camex@desenvolvimento.gov.br](mailto:camex@desenvolvimento.gov.br)  
<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/camex/camex/competencia.php>

Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR

SCN - Quadra 2, Bloco G

70712-907 Brasília DF – Brasil

Tel.: (+55 61) 3429 7777

<http://www.braziltour.com>

Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

Praça Mauá, 7 – Centro - térreo

CEP 20081 240 Rio de Janeiro RJ – Brasil

Tel.: (+55 21) 2139 3000

E-mail: [sercom@inpi.gov.br](mailto:sercom@inpi.gov.br) | <http://www.inpi.gov.br>

Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 8º andar - 814

70053-900 Brasília DF – Brasil

Tel.: (+55 61) 2109 7077/80 | Fax: (+55 61) 2109 7075

E-mail: [secex@desenvolvimento.gov.br](mailto:secex@desenvolvimento.gov.br) | <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Rua Vergueiro, 1117 - Paraíso

CEP 01504-001 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (55 11) 0800 570 08 00

<http://www.sebrae.com.br>

#### No Brasil – Associações

Associação Brasileira de Comércio Exterior – ABRACEX

Alameda Joaquim Eugénio de Lima, 1467 – Jardim Paulista

01403-003 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (+55 11) 3051 8118/5108

E-mail: [abracex@abracex.org.br](mailto:abracex@abracex.org.br) | <http://www.abracex.org.br>

Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB

Avenida General Justo, 335 – 4.º

CEP 20021-130 – Centro – Rio de Janeiro RJ – Brasil

Tel.: (+55 21) 2544 0048 | Fax: (+55 11) 2544 0577

E-mail: [aebbras@aeb.org.br](mailto:aebbras@aeb.org.br) | <http://www.aeb.org.br>

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Rua Minas Gerais, 190 – Higienópolis

01244-010 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (+55 11) 3017 3600

E-mail: [atendimento.sp@abnt.org.br](mailto:atendimento.sp@abnt.org.br) | <http://www.abnt.org.br>



## No Brasil – Bancos

Banco Central do Brasil – BACEN  
SBS - Quadra 3, Bloco B - Edf. Sede  
70074-900 Brasília DF – Brasil  
Tel.: (+55 61) 3414 1414 IFax: (+ 55 61) 3414-2553  
<http://www.bcb.gov.br>

Banco Banif Brasil  
Rua Minas de Prata, 30 - 16.º e 17.º  
04552-080 São Paulo SP – Brasil  
Tel.: (+55 11) 3165 2000 | Fax: (+55 11) 3167 3960  
E-mail: [bc\\_matriz@bancobanif.com.br](mailto:bc_matriz@bancobanif.com.br) | <http://www.bancobanif.com.br>

BES Investimento do Brasil, S.A.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 6.º  
04538-905 São Paulo SP – Brasil  
Tel.: (+55 11) 3074 7444 | Fax: (+55 11) 3074 7469  
E-mail: [besinvestimento@besinvestimento.com.br](mailto:besinvestimento@besinvestimento.com.br) | <http://www.besinvestimento.com.br>

S. Paulo – E.S. Representações Ltda.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 6º  
04538-905 São Paulo SP  
Tel: 0055 11 3074 7444 | Fax: 0055 11 3074 7469  
E-mail: [administracao@besrep.com.br](mailto:administracao@besrep.com.br) | <http://www.bes.pt>

BPN Brasil – Banco Português de Negócios  
Av. das Nações Unidas, 8501 – 19º  
CEP 05425-070 São Paulo SP – Brasil  
Tel.: (+55 11) 3094 9000 | Fax: (+55 11) 3094 9009  
E-mail: [contato@bpnbrasil.com.br](mailto:contato@bpnbrasil.com.br) | <http://www.bpnbrasil.com.br>

Banco Caixa Geral de Depósitos  
Rua Joaquim Floriano, 960  
04534-004 São Paulo SP – Brasil  
Tel.: (+55 11) 3509.9300 | Fax: (+55 11) 3078 2720  
E-mail: [er.brasil@cgd.pt](mailto:er.brasil@cgd.pt) | <http://www.cgd.pt>

Finantia Brasil. Ltd.

Rua James Joule,65 – Conj. 172

04576-080 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (+55 11) 5501 7000 | Fax: (+55 11) 5501 7001

E-mail: [financia@finantia.com.br](mailto:financia@finantia.com.br) | <http://www.finantia.com>

Millennium BCP

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1726 – 15.º - Conj. 152

CEP 04543-000 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (+55 11) 3191 0700 | Fax: (+55 11) 3707 8195

<http://www.millenniumbcp.pt>

#### No Brasil – Câmaras de Comércio Bilaterais

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil

Avenida da Liberdade, 602 – 2.º

01502-001 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (+55 11) 3272 9872 | Fax: (+55 11) 3272 9872

<http://www.camaraportuguesa.com.br> e <http://www.brasilportugal.org.br/sp>

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – Baía

Rua Fonte do Boi, 216 – Hotel Pestana, Loja F – Rio Vermelho

CEP 41940-360 Salvador - Bahia – Brasil

Tel.: (+55 71) 2103 8072 | Fax: (+55 71) 2103 8073

E-mail: [camaraportuguesaba@brasilportugal.org.br](mailto:camaraportuguesaba@brasilportugal.org.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/ba>

Câmara Brasil-Portugal no Ceará – Comércio, Indústria e Turismo

Avenida Barão de Studart, 1980 – 2.º – Edf. Casa da Indústria – FIEC

CEP 60120-001 Fortaleza – Ceará – Brasil

Tel.: (+55 85) 3261 7423 | Fax: (+55 85) 3261 7423

E-mail: [secretariace@brasilportugal.org.br](mailto:secretariace@brasilportugal.org.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/ce>

Câmara de Comércio Luso-Brasileira em Minas Gerais

Rua Timbiras, 1200 – 6.º – Sala 501

CEP 30420-060 Belo Horizonte MG – Brasil

Tel.: (55 31) 3213 15597 | Fax: (+55 31) 3213 1559

E-mail: [contato@camaraportuguesa-mg.com.br](mailto:contato@camaraportuguesa-mg.com.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/mg>

Câmara Luso-Brasileira de Indústria, Comércio e Serviços do Pará

Travessa Quintino Bocaiúva, 1588 - Bloco A - 2.º - Sala 6

CEP 66035-190 Belém PA – Brasil

Tel.: (+55 91) 3241 0265 | Fax: (+55 91) 3241 0265

E-mail: [contato@camaraportuguesa-pa.com.br](mailto:contato@camaraportuguesa-pa.com.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/pa>

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – Paraná

Rua XV de Novembro, 621 – 3º andar

80010-310 Curitiba – Paraná – Brasil

Tel.: (+55 41) 3324 3422 | Fax: (+55 41) 8802 2814

E-mail: [camaraparana@brasilportugal.org.br](mailto:camaraparana@brasilportugal.org.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/pr>

Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil / Portugal – Pernambuco

Rua da Aurora, 1225 – 1.º – Santo Amaro

50040-090 Recife PE – Brasil

Tel.: (+55 81) 3223 8802 | Fax: (+55 81) 3223 8802

E-mail: [faleconosco.pe@brasilportugal.org.br](mailto:faleconosco.pe@brasilportugal.org.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/pe>

Câmara de Comércio Portuguesa no Brasil – Rio Grande do Sul

Rua Andrade Neves, 155 – Conj. 134

Cep 90010-210 Porto Alegre RS – Brasil

Tel.: (+55 51) 3211 1274 | Fax: (+55 51) 3211 1274

E-mail: [secretaria@ccbp-rs.org.br](mailto:secretaria@ccbp-rs.org.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/rs/>

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro

Avenida Graça Aranha, 1 – 6.º

CEP 20030-002 Rio de Janeiro RJ – Brasil

Tel.: (+55 21) 2563 4099 / 2533 4189 | Fax: (+55 21) 2533 4178

E-mail: [contato@camaraportuguesa-rj.com.br](mailto:contato@camaraportuguesa-rj.com.br) | <http://www.brasilportugal.org.br/rj>

Câmara Brasil-Portugal – Distrito Federal

Embaixada de Portugal

Av. Das Nações, lote 2 – SES

70402-900 Brasília – DF

Tel.: (+55 61) 3225 66 30

[diretoria@futuraimoveis.com.br](mailto:diretoria@futuraimoveis.com.br)

Câmara Brasil-Portugal do Rio Grande do Norte

Rua Raimundo Chaves, 2182 – sala 101

59064-390 Natal – RS

Tel.: (55 84) 5584 3206

[Câmara-rn@brasilportugal.com.br](mailto:Câmara-rn@brasilportugal.com.br)

## No Brasil – Outras Entidades

Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA

Praça Antonio Prado, 48

01013-001 - São Paulo – SP

Tel.: (+55 11) 3119 2000 | Fax: (+55 11) 3107 9911

E-mail: [bovespa@bovespa.com.br](mailto:bovespa@bovespa.com.br) | <http://www.bovespa.com.br>

Centro de Distribuição Electrónico de Produtos Portugueses no Brasil

Operado pela Cisa Trading, S.A.

Dr. António José L. Pargana

Av. Juscelino Kubitschek, 1830 - Torre II - 8.º

04543-900 São Paulo SP – Brasil

Tel.: (+55 11) 3707 2800

<http://www.exportarptbr.com>

Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX

Av. Rio Branco, 120 - Gr. 707

20040-001 Rio de Janeiro RJ – Brasil

Tel.: (+55 21) 2509 2662 | Fax: (+55 21) 2121 1656

E-mail: [funcex@funcex.com.br](mailto:funcex@funcex.com.br) | <http://funcex.com.br>

## 8. Fontes de Informação

### 8.1. Informação Online **aicep** Portugal Global

#### Documentos Específicos sobre o Brasil

- Título: “Brasil – Relações Económicas com Portugal”  
Edição: 03/2009
- Título: “Brasil – Sites Seleccionados”  
Edição: 03/2009
- Título: “Brasil – Acordos Bilaterais Portugal/Mercosul”  
Edição: 01/2009
- Título: “Brasil – Condições Legais de Acesso ao Mercado”  
Edição: 09/2008

- Título: “Brasil – Informações e Endereços Úteis”  
Edição: 09/2008
- Título: “Brasil – Exportar para o Brasil - Formalidades e Considerações Gerais”  
Edição: 06/2008
- Título: “Brasil – Guia de Acesso ao Mercado”  
Edição: 05/2008
- Título: “Brasil – Oportunidades e Dificuldades no Mercado”  
Edição: 04/2008
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”  
Edição: 04/2009
- Título: “Brasil – Dossier Especial”  
Edição: 07/2007
- Título: “Brasil – Evolução Recente do Sector das Máquinas e Equipamentos e Componentes Auto”  
Edição: 09/2006
- Título: “Brasil – Análise Sectorial dos Vinhos”  
Edição: 09/2006
- Título: “Acordo de Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos”  
Edição: 06/2005
- Título: “Investir no Brasil – Aspectos Jurídicos”  
Edição: 2004

#### Documentos de Natureza Geral

- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”  
Edição: 04/2009
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”  
Edição: 04/2009
- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”  
Edição: 02/2009

- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”  
Edição: 01/2009
- Título: “Normalização e Certificação”  
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”  
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”  
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”  
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”  
Edição: 02/2008
- Título: “Dupla Tributação Internacional”  
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”  
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”  
Edição: 06/2004

A Informação On-line pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em –  
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

## 8.2. Endereços de Internet

- Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) –  
<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/camex/camex/competencia.php>
- Centro de Distribuição Electrónico de Produtos Portugueses no Brasil – [www.exportarptbr.com](http://www.exportarptbr.com)
- Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) – [www.funcex.com.br](http://www.funcex.com.br)
- Fundação Getúlio Vargas – [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) – [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br)
- Legislação (Senado Federal) – <http://legis.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)
- Ministério da Fazenda – [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)
- Ministério da Justiça – Defesa do Consumidor – [www.mj.gov.br/dpdc](http://www.mj.gov.br/dpdc)
- Ministério das Relações Exteriores – [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)
- Parcerias Público-Privadas – <http://www.planejamento.gov.br/hotsites/ppp/index.htm>
- Portal do Governo Federal – [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)
- Portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)
- Presidência da República Federativa (legislação) – [www.presidencia.gov.br/legislacao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao)
- Revista Exame – <http://portalexame.abril.com.br>
- Sistema Alice de Estatísticas – <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>
- Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) – [www.receita.fazenda.gov.br/aduana/siscomex/siscomex.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/siscomex/siscomex.htm)
- Presidência da República (legislação) – [www.presidencia.gov.br/legislacao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao)